

RECONHECIMENTO DE SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Mirele Carolina Werneque Jacomel ¹

RESUMO

Mulher e Mundo do Trabalho é um projeto que tem por finalidade oferecer um conjunto de ações formativas a mulheres em situação de vulnerabilidade social, assistidas pelo Provopar/Ação Social do município de Colombo, Pr, parceiro desde 2016. Estrutura-se a partir dos conceitos de ciência, tecnologia, trabalho e cultura como dimensões formativas que convergem para a transformação social dos sujeitos. A linha metodológica propõe o reconhecimento de saberes, que remete à valorização do conhecimento prévio, advindo das suas diferentes trajetórias. Nesse contexto, são realizados módulos de ensino-aprendizagem com conteúdos básicos, nos quais as participantes têm acesso a noções de comunicação, raciocínio lógico, saúde da mulher, informática, alimentação, educação física e mental, arte e cotidiano, discussões sobre desigualdade de gênero e respeito à diversidade. Em outra etapa, recebem cursos profissionalizantes voltados, principalmente, ao artesanato e alimentos. O objetivo é colaborar para a emancipação humana, cultural e profissional das participantes do projeto, passando pela discussão do trabalho como princípio educativo, relacionando o debate à compreensão dos direitos da mulher, bem como a importância do domínio de tecnologias. Com isso, espera-se que a ação de extensão contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas envolvidas, assim como seja impactante no desenvolvimento social e econômico das comunidades nas quais estão inseridas.

Palavras-chave: Trabalho; Mulher; Educação.

INTRODUÇÃO

Mulher e Mundo do Trabalho é uma proposta multidisciplinar que reúne ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas por concepções que se baseiam nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica. O projeto é desenvolvido no Instituto Federal do Paraná – Campus Colombo desde 2016, e possui parceria com o Programa de Voluntariados do Paraná – Provopar/Secretaria de Ação Social do mesmo município.

A principal finalidade é promover ações formativas por meio da oferta de oficinas de conhecimentos gerais e específicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social, assistidas pela Secretaria supracitada. Do ponto de vista metodológico, o projeto busca promover o encontro da ciência, tecnologia, trabalho e cultura, todos princípios educativos que convergem para a transformação social dos sujeitos.

¹ Doutora em Letras; Professora no Instituto Federal do Paraná – IFPR/Campus Colombo, mirele.jacomel@ifpr.edu.br ;

A ação formativa se materializa através da realização de módulos de ensino-aprendizagem com conteúdos básicos, nos quais as participantes têm acesso a noções de comunicação, raciocínio lógico, saúde da mulher, informática básica, alimentação, educação física e mental, arte e cotidiano, discussões sobre desigualdade de gênero e respeito à diversidade. Seguidamente são ofertadas oficinas de artesanato com tecido, conduzindo essa aprendizagem para o lado empreendedor ou mesmo para aplicação doméstica das técnicas aprendidas durante os cursos. O mesmo ocorre com as oficinas da área de Produção Alimentícia.

Toda a organização pedagógica do projeto está alinhada à missão institucional de colaborar para a emancipação humana, cultural e profissional das pessoas, passando pela discussão do trabalho como princípio educativo, relacionando o debate à compreensão dos direitos humanos, do empreendedorismo, da economia doméstica, da sustentabilidade, bem como a importância do domínio de novas tecnologias, entre outros aspectos. Com isso, observa-se que a ação contribui para o desenvolvimento humano e profissional, assim como tem sido impactante no desenvolvimento cultural de todos, inclusive servidores e estudantes do IFPR.

A concepção de sociedade democrática e mais justa, que se incumbe da luta pelos direitos de todos, perpassa o embasamento teórico, metodológico e legal do projeto. É nesse sentido que esta proposta se volta para a mulher, tendo em vista a persistente condição a que muitas ainda estão submetidas, sobretudo nas regiões mais carentes do Estado do Paraná. Basta observar nas mídias locais os inúmeros casos de opressão e diferentes tipos de violência que a mulher ainda sofre. O resultado dessas relações opressoras se revela no número de mulheres que não concluíram seus estudos (51%), mães adolescentes (mais de 68 mil casos), estupros (60.018 em 2017), homicídios (4.539 em 2017), feminicídio (1.133 casos em 2017), mulheres sem emprego (48%), agressões físicas (606 casos por dia)².

O município de Colombo, localizado na região Metropolitana de Curitiba, acrescenta nas estatísticas uma diferença significativa na organização econômica e educacional das famílias da região, pois, sua população feminina, é de 107.957 mulheres; desse total, 68.874 são eleitoras; 103.187 residem nos perímetros urbanos; 4.770 reside na zona rural (IBGE, 2018).

No que diz respeito à população feminina, apenas 36% possui trabalho formal, o que, em números reais, totaliza pouco mais de 30 mil mulheres. Esse número é 25% menor que o

² Os dados foram obtidos a partir das pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, 2017, e Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

total de homens com trabalho formal no município de Colombo. Alguns índices podem exemplificar o cenário atual da população colombense, consultados no site do IBGE/Estatísticas de Gênero em 2017, tais como o rendimento das mulheres em relação ao rendimento total da família: 37,8%; a proporção de famílias em que as mulheres são responsáveis pela economia: 38,7; percentual de mulheres sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto que possuem ocupação formal: 41%; o total de mulheres com abandono escolar precoce: 4.925; o total de mulheres não alfabetizadas: 4.472 ou 5,6% da população; a população feminina preta ou parda sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto: 57%; a população feminina com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto: 20,1%; entre outros.

Diante dos números, observa-se os baixos índices de formação educacional das mulheres, da mesma forma que, em termos de retribuição salarial e reconhecimento do trabalho, as mulheres ainda estão desfavorecidas. E, quando se trata das estatísticas por etnia, observa-se que a população feminina negra é mais afetada pela economia e pela exclusão. Verifica-se, nesse sentido, que a população colombense constitui um potencial campo de investigação para os Estudos de Gênero e Direitos Humanos, e para a proposição de medidas que possibilitem a mudança dos índices de desigualdade, que cooperem para a desconstrução das dicotomias de gênero e para a emancipação feminina. Dessa maneira, justifica-se o projeto Mulher e Mundo do Trabalho, que visa ofertar formação educacional a mulheres em situação de vulnerabilidade social e oferecer-lhes instrumentos para qualificação profissional e atitudes empreendedoras para transformação dessas realidades locais.

Nesse sentido, o trabalho pela inclusão de mulheres nos processos formativos é fundamental, pois possibilita a democratização dos conhecimentos, valoriza os saberes que elas já possuem, e ameniza os débitos socioeconômicos que a sociedade brasileira possui com as populações mais vulneráveis. Sobremaneira, esse compartilhamento das experiências acumuladas nas trajetórias das mulheres passa pela dimensão cultural, na tentativa de se resgatar memórias populares e tantas outras riquezas que a periferia pode oferecer.

Ao mesmo tempo, é necessário que se faça presente o debate sobre gênero, direitos humanos e empoderamento da mulher, além da compreensão da práxis humana a partir das dimensões trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

De forma prática, contribuir para o reconhecimento da mulher enquanto sujeito produtivo e para a desconstrução das práticas de desigualdades de gênero, sem dúvidas, possibilitou a formação de uma rede de compartilhamento de saberes e proteção para as mulheres que participam do projeto.

METODOLOGIA

A linha metodológica tem por princípio o estudo da trajetória do sujeito e dos saberes adquiridos em suas vivências. Trata-se da valorização dos conhecimentos que cada uma das mulheres traz para a convivência no projeto. Nesse processo, todos os envolvidos aprendem, professores e alunas, a partir do compartilhamento de saberes.

Essa metodologia corresponde à Avaliação e Reconhecimentos de Aprendizagem Prévia (ARAP), utilizada no Programa Mulheres Mil, criado pelo Governo Federal em 2009, e que se aproxima da Pedagogia da Autonomia proposta por Paulo Freire. A inclusão torna-se objeto permanente nessa perspectiva, pois as mulheres passam a se sentir valorizadas e a pertencer a um *locus* de formação onde elas também protagonizam.

O trabalho, enquanto categoria de compreensão das atitudes humanas, é problematizado nesse processo como princípio educativo, por meio do qual as mulheres se percebem seres produtivos em seus tempos e espaços. Tal abordagem é fundamental para que elas reconheçam a necessidade de se apropriar da cultura e empoderar-se diante da estrutura social na qual estão inseridas.

A metodologia busca referência, ainda, no Sistema de Acesso, Permanência e Êxito dos Institutos Federais, instrumento facilitador no processo de implantação e implementação de políticas, projetos e ações que contemplem acolhimento, educação, qualificação e formação profissional e tecnológica, acesso ao mundo do trabalho, desenvolvimento sustentável de comunidades e inclusão de pessoas desfavorecidas. Esta concepção de acesso prioritário aos sujeitos em situação de vulnerabilidade pretende valorizar diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo de mulheres advindas de populações desprivilegiadas economicamente.

As ações de aproximação consistem na interface e no diálogo com a comunidade, o que permite à instituição de ensino maior contato com a realidade das mulheres, identificando suas necessidades, desafios e sonhos, contribuindo, assim, para seu empoderamento. É importante salientar que a parceria com a Prefeitura Municipal de Colombo garante mais qualidade ao desenvolvimento do projeto, pois os serviços sociais são garantidos para que as mulheres permaneçam nas atividades, amenizando os impedimentos que geralmente ocorrem nos casos de evasão.

DESENVOLVIMENTO

A cultura, numa acepção ampla, propicia ao indivíduo um conjunto de referências identitárias transmitidas entre as gerações. Mas a cultura também permite construir estereótipos e estabelecer conceitos que definem papéis sociais. É através da cultura que se organizam representações sociais do gênero feminino. A cultura transforma-se no cenário onde as práticas se consolidam e colaboraram para um sistema de permanência na sociedade, um processo histórico que promove hierarquias e legítimas relações de poder.

O sistema sexo-gênero, termo cunhado por Maria Consuelo Campos (1992), mostra de que maneira surgem construções socioculturais nas quais são projetadas imagens do homem e da mulher. Através desse sistema é possível identificar práticas ditas masculinas e femininas que se fortalecem no cotidiano e assumem lugar no inconsciente cultural dos sujeitos. São marcas de uma postura de dominação, de natureza positivista e racional, cultuando a opressão como estratégia de poder, e que foram atribuídas ao homem como traços afirmadores de seu sexo. Do mesmo modo, à mulher coube incorporar a fragilidade, a submissão e, muitas vezes, a futilidade. Dessa maneira, observa-se que as identidades de gênero delineiam-se culturalmente e, por isso, devem ser problematizadas nesse contexto.

Ainda que a problemática do sistema sexo-gênero seja objeto de muitos estudos, no campo dos Direitos Humanos a desigualdade de gênero ainda se faz presente, visto que muitas mulheres ainda são vítimas da opressão e violências tanto física quanto simbólicas. Tal cenário se vê na maneira como a mídia representa a figura feminina revestida de sedutora ou de vingativa, frágil ou fútil, quando não são portadoras de discurso androcêntrico justificado pela educação patriarcal recebida.

A estampa que a mídia oferece ao público de que a mulher vem ocupando lugares até então destinados aos homens e, por isso, garantindo sua voz na sociedade, pode, não raro, ocultar uma realidade diferente, pois, em uma análise mais pontual das profissões e dos setores nos quais as mulheres têm atuado, verifica-se que há dicotomias que ainda se reproduzem na sociedade tradicional, como é o caso dos cargos de alto escalão em grandes empresas e as profissões que ainda carregam o signo de profissão elitizada, tais como a medicina, direito e engenharias. As dicotomias também estão reveladas na organização de espaços e de serviços, como, por exemplo, é o caso das mulheres auxiliares de limpeza que atuam em nossas escolas, das mulheres copeiras, cargo inclusive ocupado somente por mulheres nos diversos *campi* do IFPR. Ainda no contexto escolar e acadêmico, essa realidade se reproduz quando se observa o número de mulheres matriculadas em cursos de Licenciatura, Serviço Social, Enfermagem. Em

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

outros espaços a população feminina também protagoniza, como é o caso do número de desistentes da Educação Básica, que, de acordo com o IBGE (2018), a maior entre as adolescentes.

Conscientes de que as práticas culturais apregoam a ideia de que a mulher é o ser reprodutor no seio da família e que a maternidade pressupõe a estabilidade doméstica, produziu-se o discurso da necessidade da mulher organizar-se para a tripla jornada, articulando-se entre o universo público e o privado. No ano de 1986, esse debate rendeu frutos positivos com a fundação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, cuja proposta política de trabalho se fundamenta nas articulações da família, trabalho e militância sindical. Pouco tempo depois, Giuliani, em 2001, enfatiza a importância da militância da mulher em movimentos sociais: “As mulheres estão conscientes de que deverão vencer dois novos desafios: no nível prático, deverão atuar nos espaços do sindicato, da empresa e da família; no nível político e cultural, deverão defender mudanças no âmbito das relações interpessoais e de gênero que são bastante diferentes nos três espaços” (GIULIANI, 2001, p. 654).

Três décadas depois verificam-se, hoje, dados que ainda revelam a cultura do preconceito e da violência em relação às vozes periféricas. O discurso da emancipação deve ser analisado do ponto de vista da parcialidade, pois há populações marginalizadas, que necessitam da defesa do estado por meio de políticas públicas que garantam os direitos humanos. Cabe ressaltar que são primordiais as campanhas de motivação para a mulher atuar na política e em ações sindicais, com vistas ao seu empoderamento. Isso demonstra que os movimentos são lentos e a cultura é um dispositivo de poder sobre as estruturas sociais.

O preconceito que se observa no âmbito das relações sociais, como foi assinalado, não se limita à mulher apenas, mas aos grupos que não se encaixam nas padronizações <homem, branco e heterossexual>. Não raro, professores tendem a renunciar aos assuntos que envolvem a discussão desse tema na sala de aula, devido à complexidade cultural que o tema pressupõe. Portanto, torna-se clara a necessidade de uma discussão que fundamente a compreensão sobre o gênero na educação e no campo social, principalmente, de abordagens que desnaturalizam os discursos sobre as relações binárias de oposição (homem x mulher; razão x emoção, por exemplo) como único modo de se pensar a sexualidade.

Ao aprofundar estudos sobre o conceito de gênero, verifica-se uma importante reflexão circunscrita na tese de Judith Butler (2017), que entende os discursos como instrumentos de opressão, ou seja, como modos de induzir e incitar os sujeitos a construírem, pela linguagem, uma ideia de si próprios. A ideia é a de tratar o gênero como efeito – e não causa – de

instituições, discursos e práticas. Tal categoria é tratada não como um atributo que os sujeitos possuem, mas como um discurso sobre suas identidades.

Em termos culturais, grande parte das mulheres já percebeu que as relações de gênero são práticas construídas ao longo da história da humanidade, assim como as relações binárias, as relações de poder e as construções identitárias. Estão cientes, nesse sentido, de que podem ser desconstruídas em favor da igualdade social. De acordo com Bourdieu,

a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; [...] O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes (2007, p. 18).

Com essa visão de Bourdieu, legitima-se o que Giuliani (2001) relata em seu estudo sobre o nível prático e o nível político das relações de gênero no campo de trabalho. As distribuições desiguais de trabalho sustentam o paradigma da dominação, que enfoca a diferença biológica do homem e da mulher. Fica claro entender que as diferenças sexuais se explicam naturalmente pela biologia dos corpos, que determinam a diferença social construída entre os gêneros. Considere-se, ainda, que apesar de uma mulher ter presidido a nação brasileira, a maioria ainda vem ocupando os bastidores e assessorando os homens. Além disso, em regiões interioranas, o papel social da maioria das mulheres, sobretudo na faixa etária de 35 a 60 anos, circunscreve unicamente o universo doméstico. A realidade do município de Colombo não é diferente.

É verdade que a mulher tem ocupado novos espaços públicos. Também é perceptível que a mulher ressignificou o espaço doméstico como local de luta. Foi a partir dele que muitas manifestações alavancaram a busca da igualdade de direitos. Os movimentos feministas transportaram para a política alguns problemas que não eram considerados “políticos”. As diferentes formas de violência contra a mulher, que não eram vistas como uma das preocupações entre as comunidades, ficando restrita aos debates familiares, atualmente são pautas de discussões nas bancadas do poder legislativo. Cabe, lembrar, por exemplo, que em 7 de agosto de 2006, o então Presidente da República do Brasil aprovou a Lei Maria da Penha – Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nº 11.340, projeto elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto encampado por organizações não-governamentais. A partir da implantação dessa lei, houve mudanças na legislação e também a implementação da disciplina de “Educação em Direitos Humanos” no currículo de todos os

níveis, por meio da Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, fundamentada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Ministério da Educação e Ministério da Justiça; e no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos. Outras frentes relacionadas aos Direitos da Mulher e a luta pela igualdade de gênero se fortaleceram e ganharam mais visibilidade, como a ONU Mulheres e a Articulação das Mulheres Brasileiras.

O papel político da mulher na atualidade está fundamentado nos movimentos feministas que ajudaram a construir a história do fim do século XX e início do século XXI. A dimensão da força feminina é vista nas instituições de ensino, secretarias, organizações que tratam dos diversos assuntos que possuem como tema a mulher. É necessário, assim, transpor os muros das instituições que problematizam as desigualdades de gênero e estreitar caminhos entre estas e as comunidades mais necessitadas.

Como produto e resultado de uma história de desigualdades e opressão, a própria mulher continua a ser depositária da dicotomia <dominante x dominado>, e seu corpo torna-se objeto subordinado, já que, a partir dele, cria-se um modelo de feminino. É necessária a intervenção social na elaboração de uma nova consciência que deixe de valorizar a mulher a partir do corpo e passe a projetá-la no mundo como ser político e ideológico.

Embora a educação seja um processo permanente, que transcende o espaço e o tempo escolar, a escola é uma das territorialidades onde ocorre parte do desenvolvimento humano e, portanto, é um território fértil para problematizar culturas e reinventar novos discursos que empoderem as mulheres. A escola é um dos espaços onde os sujeitos deixam de ser indivíduos e passam a constituir uma coletividade. Nesse contexto, cumpre associar diferentes ações educativas que propiciem o diálogo entre as gerações.

Assim, percebe-se que é fundamental as comunidades escolares adquirirem consciência de que a organização racional do mundo foi estabelecida sob uma ideologia de dominação. Um grupo cria para si uma hegemonia em detrimento de populações imensas, cujos lugares sociais, de subalternidade estão, por assim dizer, pré-determinados. Desconstruir essa realidade imposta, abrindo novos horizontes para uma vivência mais harmoniosa e justa é urgente. Nesse sentido, o projeto Mulher e Mundo do Trabalho busca promover debates e ações que visam à emancipação das mulheres por meio do conhecimento dos seus direitos e dos dispositivos que garantam a dignidade humana.

A compreensão da importância do seu papel torna-se mais clara à mulher quando se desvela a concepção de trabalho e a relação que os sujeitos possuem com o seu meio. Trabalho

não corresponde apenas à tarefa resultante do contrato com o empregador, mas toda produção que o ser humano é capaz de realizar em contato com a natureza e, conseqüentemente, a transformação do meio – também compreendido como natureza, na acepção de Saviani (2011). A própria educação consiste no ato de produzir. No trabalho de cada indivíduo colabora-se para a construção da humanidade e sua subsistência. De tal modo que a própria história dos sujeitos, das mulheres, implica na produção do trabalho – material ou não material, o que permite situá-los a uma educação específica relacionada aos valores, conceitos, hábitos, símbolos e fatores necessários à humanidade e às relações humanas (SAVIANI, 2011). Não se pode dizer, portanto, que esses sujeitos históricos não possuem conhecimento, já que a própria relação com a natureza lhes propicia a construção de uma organização para a sobrevivência.

A orientação de Freire (2011) é elemento contíguo ao processo de construção dos conceitos necessários ao empoderamento das mulheres. Ao perceberem-se como sujeitos históricos, portadoras de amplos e valiosos saberes adquiridos em suas trajetórias, elas passam a acreditar que podem transformar espaços pelos quais circulam.

Diante do exposto, a ação proposta em Mulher e Mundo do Trabalho é significativa para o público-alvo porque é criada de acordo com a identificação dessas experiências não-formais adquiridas pelas mulheres ao longo de suas vidas, e em consonância com os seus anseios pessoais e profissionais, construindo-se um itinerário formativo personalizado. Dessa forma contribui para a ampliação do acesso à educação, visando à formação para o desenvolvimento pessoal e profissional. Para isso, é necessário planejar conhecimentos básicos que subsidiem a compreensão de saberes necessários para a formação técnica.

Por fim, pretende-se garantir o direito à educação, oportunidade de melhoria de vida e de trabalho. Ainda, visa à redução dos índices de miséria e pobreza, pela elevação dos níveis educacionais e impulso ao desenvolvimento econômico e social da região, com mais equidade e justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Colombo, Pr., por meio do Provopar/Ação Social, que subsidia parte da infraestrutura e materiais para a realização das oficinas e palestras de formação. Também tem o compromisso de viabilizar serviços às mulheres – como saúde, creche para os filhos, documentação, entre outros – para que as participantes não encontrem impedimentos em sua permanência no projeto. Os encontros ocorrem quinzenalmente, intercalados com encontros para estudos e discussões da equipe

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

proponente. A participação das estudantes bolsistas é fundamental para o preparo e execução das tarefas ligadas às oficinas, viabilizando, conseqüentemente, a formação humana das estudantes. Os trabalhos desenvolvidos partem do mesmo princípio metodológico, que problematiza os saberes já adquiridos na trajetória dos sujeitos envolvidos e avança para a sistematização desses saberes, orientando-se para novos caminhos e tecnologias associadas aos conteúdos trabalhados.

Observa-se que os produtos gerados nas oficinas são fundamentais para que as mulheres agreguem às suas experiências novas práticas, conscientizando-se da importância do trabalho, da educação e do papel da mulher na sociedade. Tais procedimentos somam-se à compreensão de que todo ser humano possui direitos e que é necessário cada vez mais apropriar-se dos diferentes conhecimentos produzidos e das novas linguagens para a emancipação social. Assim, cada participante tem um compromisso com o projeto, que é o de multiplicar os conhecimentos adquiridos, bem como as técnicas de artesanato e produção alimentícia, ensinando suas filhas ou netas a produzir em casa, utilizando matéria-prima de menor custo possível, já que se trata de famílias bastante carentes. Pode-se afirmar que essa atitude agregou mais força aos laços familiares das mulheres, porque elas criam situações para dialogar em suas casas, mostrar que por meio da educação e do conhecimento suas vidas podem melhorar e, sobretudo, divulgar tudo o que aprenderam sobre os direitos da mulher. Assim, o projeto colabora também para uma rede de proteção entre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal elemento que estrutura o projeto, isto é, a metodologia, tem se revelado um importante instrumento para a inclusão social por meio da educação. Isso só é possível porque o trabalho é uma das dimensões do processo de ensino-aprendizagem que ressignifica o papel das mulheres na sociedade. Para os servidores do IFPR/Campus Colombo e estudantes que colaboram no projeto, tem sido a oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo de mulheres que não teriam outras oportunidades em suas vidas.

Nessa perspectiva, é importante a articulação e integração das estruturas e serviços de apoio possibilitadas pela parceria com a Prefeitura Municipal de Colombo, que ampliam a capacidade de atendimento e respondem adequadamente à diversidade das participantes. Cumpre destacar o trabalho de percepção individual e coletiva das turmas que fizeram parte do projeto Mulher e Mundo do Trabalho, pois foram desenvolvidas atividades que provocaram as

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

mulheres para a reflexão sobre temas/assuntos importantes do universo feminino e do universo do trabalho.

Por fim, destaca-se o alcance das ações do projeto, que já se estendeu a cerca de 200 mulheres e atualmente integra a agenda da Secretaria de Ação Social do município de Colombo, participando diretamente de todas os eventos realizados com as mulheres colombenses.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil** – Guia Metodológico. Brasília, s/d.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: o feminismo e a subversão da identidade**. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMPOS, M. C. C. Gênero. In: JOBIM, J. L. (org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- FBSS. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2018.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil**. Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPGE). São Paulo, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 640-667.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/> Acesso em 23 de abril de 2019.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.